

GESTÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

JURKIEWICZ, Leonardo¹
MATTEI CARDOSO, Sandra Magda²

RESUMO

O trabalho apresenta os principais conceitos e definições sobre patrimônio histórico, apontando desde as primeiras leis francesas sobre proteção ao patrimônio, passando pela definição da carta de Atenas, e citando sua conceituação atualmente, citando também as discussões que essas definições geram e geraram ao longo do tempo. Os riscos e ameaças que ainda destroem boa parte do patrimônio cultural, tanto o material quanto o imaterial. Políticas públicas, projetos de restauração e suas consequências nas cidades de Salvador, Recife e nas cidades do estado de Minas Gerais, que possuem órgãos de proteção a nível municipal e estadual, além do federal, mostrando que um projeto de restauração de um conjunto urbano pode ser mais complexo do que o esperado e que nem sempre a conservação do patrimônio material e imaterial de um mesmo conjunto pode ser alcançada. Algumas boas práticas para a gestão do patrimônio cultural e a importância de se ter uma educação patrimonial como componente da educação básica, já que a melhor solução para se preservar o patrimônio da humanidade é a conscientização e a educação da população em geral.

PALAVRAS-CHAVE: Educação patrimonial. Preservação. Patrimônio Cultural.

MANAGEMENT AND PRESERVATION OF CULTURAL HERITAGE

ABSTRACT

The paper presents the main concepts and definitions of heritage, pointing from the first French law on protection of property, including the definition of letter of Athens, and citing its conceptualization today, citing also the discussions that generate these definitions and generated over time. The risks and threats that still destroy much of the cultural heritage, both the material and the immaterial. Public policy, restoration projects and its consequences in the cities of Salvador, Recife and towns of the state of the mines, which have agencies for municipal and state level, in addition to federal, showing that a restoration project of an urban area can be more complex than expected and that is not always the conservation of tangible and intangible heritage of the same set can be achieved. Some good practices for the management of cultural heritage and the importance of having a heritage education as basic education component as the best solution to preserve the heritage of humanity is awareness and education of the general population.

KEYWORDS: Heritage education. Preservation. Cultural Heritage.

INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado aponta assuntos referentes a conceitos, leis e regras da preservação, conservação e gestão das obras históricas e culturais do país, com ênfase nas práticas que devem ser levadas em consideração para a boa preservação dos monumentos de arte antiga e dos patrimônios culturais em âmbito nacional.

O texto faz apelo a importância da preservação e conservação do patrimônio da humanidade como forma de aprender sobre culturas e práticas do passado, além da importância da educação patrimonial como componente curricular das escolas, pois a melhor forma de preservar as obras do passado é educando os jovens sobre a importância do patrimônio do seu povo, da sua nação e do mundo.

Segundo PELEGRINI(2006), Desde a década de 1990 o patrimônio cultural e natural tem sido cada vez mais reconhecido como um instrumento poderoso para se salvaguardar a independência, a soberania e as identidades culturais dos povos latino-americanos. No entanto, os grandes desafios para aqueles que se dedicam à defesa dos bens culturais não se circunscrevem à descoberta dos meios eficazes para o desenvolvimento da educação patrimonial ou da educação ambiental, mas englobam o despertar da consciência e do apreço a esses bens.

DESENVOLVIMENTO

DEFINIÇÕES

De acordo com o IPHAN(2014), atualmente a definição de patrimônio histórico é bastante ampla, vai desde os monumentos artísticos, obras arquitetônicas e de artes plásticas, até as danças, crenças e festas, sendo subdividido em patrimônio material(arquitetura, pinturas, esculturas, entre outros) e patrimônio imaterial(festas, danças, cerimônias, entre outros), o órgão brasileiro que define o que deve ser tombado e conservado como patrimônio da humanidade é o

¹ Acadêmico de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Assis Gurgacz. Aluno de PICV (Pesquisa de Iniciação Científica Voluntária) do Grupo de Pesquisa Patrimônio Histórico e Cultural – Guepha, em pesquisa que originou o presente artigo. E.mail: ll_005@hotmail.com.

² Professor orientador da presente pesquisa. Informar demais dados. E.mail: sandramatteic@hotmail.com.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) segundo sua definição o patrimônio cultural é composto por obras que possuam valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico e que merecem ser preservadas por conta de sua contribuição artística e histórica para a humanidade.

Para o autor KÜHL (2006), na concepção contemporânea alargada sobre os bens culturais, a tutela não mais se restringe apenas às "grandes obras de arte", como ocorria no passado, mas se volta também às obras "modestas" que com o tempo assumiram significação cultural. Nesse sentido, é prudente esclarecer que se utiliza a expressão monumentos históricos, não como obras grandiosas isoladas, mas vinculada ao sentido etimológico de monumento e como interpretada por Riegl, ou seja: como instrumentos da memória coletiva e como obras de valor histórico que, mesmo não sendo "obras de arte", são sempre obras que possuem uma configuração, uma conformação.

Segundo COELHO (1992), nem sempre a concepção de patrimônio cultural foi à mesma da atualidade, ela passou por várias reformulações nas questões políticas e conceituais.

Na França, a lei de 31 de dezembro de 1913, que modificava toda a legislação anterior sobre patrimônio cultural desde a primeira lei surgida em 30 de março de 1887, estabeleceu a proteção aos monumentos cuja conservação apresentasse um interesse público do ponto de vista da história ou da arte. Em 2 de maio de 1930 outra lei modificava a primeira legislação francesa sobre sítios naturais, datada de 21 de abril de 1906, estatuidando já a proteção aos conjuntos urbanos, sem, no entanto, atingir o âmago da proteção aos conjuntos urbanos pela sua unidade e homogeneidade, mas considerando-os como monumentos agrupados, COELHO (1992).

Conforme a Carta de Atenas (1993), o documento mais antigo que conceitua o patrimônio cultural com uma visão próxima a atual, ela cita: "A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano, e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua proteção, têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros essa nobre herança".

Segundo DVORÁK (2008), a conceituação e definição de patrimônio foi se moldando através dos anos, mudando as vezes brutalmente, e, por vezes, deixando para trás ruínas lembranças, como na Europa na época em que só o clássico e o gótico eram dignos de preservação e acabou se perdendo muitas obras barrocas, por serem mais recentes, ou na época em que os monumentos eram destruídos para reaproveitar seus materiais, a prática era bastante comum em igrejas, por conta desse tipo de pensamento e atitude que foram surgindo as mais variadas leis e políticas de preservação. Atualmente a grande discussão envolvendo o patrimônio é como conseguir manter conservadas as obras arquitetônicas e os sítios urbanos em conjunto com as obras do patrimônio imaterial como as festas e costumes regionais, já que muitas deles estão estritamente conectadas e são um patrimônio ao todo, muitas vezes é preciso desabitatar sobrados e casas antigas para realizar os trabalhos de restauração e os moradores das mesmas são proibidos de voltar para lá por não terem condições de manter a conservação dos edifícios, além da discussão sobre como conservar o patrimônio imaterial sendo que as culturas estão sempre passando por transformações e evoluções.

RISCOS E AMEAÇAS QUE COMPROMETEM A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

De acordo com DVORÁK (2008), existem alguns riscos e ameaças que comprometem o patrimônio cultural, principalmente físico, que devem ser citadas e merecem atenção das pessoas.

Destrução do patrimônio por ignorância ou negligência: Ainda que com o passar dos anos, as pessoas vão aos poucos adquirindo a educação sobre patrimônio e importância da preservação, ainda é comum a perda de obras de arte, por ignorância ou negligência, é comum algumas pessoas pensarem que por ser algo ultrapassado ou fora de moda, peças antigas de arte sejam jogadas fora, destruídas, ou deixadas em algum canto ou depósito para serem deterioradas aos poucos; danos causados à integridade dos monumentos antigos por cobiça ou fraude: Um grande perigo para as obras de arte antigas é a cobiça e a ganância, que desde sempre foram ameaças para o patrimônio histórico, nos séculos passados os monumentos eram destruídos para reaproveitar seu material, como metais e peças preciosas, hoje em dia o comércio ilegal de obras para colecionadores é um perigo ainda mais constante, pois o preço alto que os colecionadores pagam estimulam os furtos a museus e igrejas históricas, tanto os ladrões como os colecionadores estão colaborando para a destruição do patrimônio e da história da sua nação, pois estão privando a todos de apreciar e aprender com a arte de seu povo; destruição como resultado de idéias equivocadas de progresso: Uma outra grande ameaça para o patrimônio cultural é a sua oposição com o progresso e o desenvolvimento, é muito comum os governantes e a população em geral pensarem que por ser "velho e ultrapassado" tal monumento não tem valor ou serventia nos dias atuais, preferem demolir ou retirar monumentos de valor artísticos inestimável para construir edificações que aproveitem

melhor o espaço e gerem lucro com alugueis e vendas. Isso quando eles não são demolidos por simples ignorância e desejo de uns pela mudança da paisagem de sua cidade; Destruição pela mania de embelezamento: Atualmente é muito comum monumentos históricos serem destruídos ou substituídos por peças industrializadas ou que estão “na moda”, objetos com valor histórico e artísticos são trocados por peças de mal gosto que não tem valor artístico algum. O grande erro que acontece é visto com o passar do tempo, pois as novas peças se deterioram com maior rapidez e depois que “caem da moda” ficam insuportáveis aos olhos dos visitantes. O erro até é compreensível, pois vivemos em tempos industrializados que o capitalismo e consumo excessivo são constantes, mas não se deve substituir obra de arte alguma, pois todas possuem seus valores artísticos e históricos; falsas restaurações: Outro erro é conduzir reformas e restaurações seguindo fielmente um dito estilo, afinal é difícil saber qual a forma original do monumento ou os seus processos de criação, devemos tentar nos aproximar o máximo possível desse formato original do monumento. É preciso ficar atento a todos os tipos de deteriorização das edificações, dos afrescos até a estrutura, e ficar atento também aos processos de restauração, afinal não se pode reconstruir estatuas, repintar monumentos ou completar peças que estavam quebradas, isso acaba ultrapassando as medidas de conservação necessárias, com isso, deve-se ter o cuidado para não transformar um monumento de arte antiga num monumento de arte nova, ou sem os traços da obra histórica, DVORÁK(2008).

Para o autor DVORÁK(2008), como riscos contra o patrimônio cultural pode-se citar a evolução tecnológica e da cultural, um exemplo disso são as muitas famílias que viviam da renda de artesanato no interior do Brasil e que parecem cada vez mais diminuir, outra ameaça é o preconceito, é comum ver pessoas desprezarem ritos, festas e crenças por conta de motivos religiosos e étnicos.

Conforme KÜHL(2006), negligência, abandono, destruições, transformações imponderadas de monumentos e sítios históricos (elementos de rememoração, instrumentos da memória), afetam a integridade material e a autenticidade, implicam intolerância, que leva ao aniquilamento da multiplicidade, que resulta num instrumental deficiente para compreender e se adaptar à própria realidade atual e futura – e por conseguinte, impõe limitações à própria possibilidade de liberdade –, podendo gerar perturbações tanto para o indivíduo quanto para a coletividade. Por isso toda a importância dada à preservação dos monumentos-documentos da forma mais ampla possível.

Segundo COELHO(1992), os riscos e ameaças são inúmeros e parecem só aumentar, daí a importância de se criar um consciência, uma educação patrimonial, principalmente nos mais jovens para que essas práticas contra o patrimônio histórico da humanidade cessem.

POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Como políticas públicas é interessante citar os casos de recuperação dos centros históricos de Salvador e Recife que, apesar de haver suas diferenças, tiveram rumos parecidos e discutíveis do ponto de vista social. E a situação das cidades do estado de Minas Gerais. ZANIRATO(2006).

De acordo com ZANIRATO(2006), os governos do estado da Bahia e do município de Salvador tinham uma grande problemática com o centro histórico da cidade, já que várias casas e sobrados, principalmente do bairro do Pelourinho, estavam em péssimo estado de conservação e prestes a ruir, a solução que a administração pública encontrou foi de restaurar em etapas o patrimônio arquitetônico da região, para isso desapropriou várias casas, mediante remuneração aos moradores, e efetuou a reforma, mas, selecionou apenas alguns antigos moradores para voltar a habitar as edificações, pois segundo a administração da cidade, a maioria das famílias era de classe baixa e não teria condições de manter conservadas as obras arquitetônicas, e algumas edificações acabaram virando hotéis e restaurantes. Hoje o bairro gera renda com turismo, mas as famílias despejadas ainda criticam a postura do governo, pois vários movimentos sociais, práticas culturais e religiosas eram presentes na vida dos moradores dessa região e hoje são produzidas e realizadas, na maioria das vezes, com o intuito de gerar lucro com o turismo, como se fosse mercadoria, o governo afirma que dessa forma a população em geral tem acesso ao patrimônio da humanidade presente do bairro do Pelourinho, já que antes a marginalidade e a violência eram constantes com as famílias humildes que habitavam a região. A discussão apresenta pontos positivos e negativos em ambos os lados. O caso de Recife é parecido, a cidade possui seu centro histórico instalado próximo ao porto, os governos estaduais e municipais em parceria com a iniciativa privada, reformaram os bairros históricos da região do porto, era pretendida com isso a valorização da região e a instalação de empresas e comércio, além da habitação, mas o resultado foi outro, como a região do porto é dominada por marinheiros e profissionais da área, os cabarés, hotéis e restaurantes de baixa qualidade não saíram da região, o que acabou afastando boa parte da população, que preferiu outras áreas mais valorizadas da cidade, com isso a problemática a respeito da valorização da região não deixou de existir, além de que foram elaborados planos urbanos para separar o centro histórico do mar, mas sabe-se que toda aquela região e seus moradores sempre viveram com a situação que o porto lhes gerava, como a pesca, comércio, entre outros.

Para o autor ZANIRATO(2006), nos dois casos percebe-se as intenções econômicas por parte do governo, o que acaba indo contra o que prega a doutrina, que hoje rege o patrimônio cultural, de que todas as pessoas deveriam ter acesso ao patrimônio tanto material quanto imaterial, mas também gera os seguintes questionamentos: seria possível encontrar um equilíbrio entre governo e população? Seria possível manter a antiga população em suas habitações, garantir segurança pública aos turistas e a população e garantir a preservação das obras arquitetônicas? Talvez seja difícil imaginar intervenções tão grandes sem estragos ou “lados que saiam perdendo”, mas se realizados estudos precisos e deixado de lado os interesses financeiros, a obras de restauração podem atender a toda população, gerar renda com o turismo e abrigar seus moradores, que levam com eles costumes, crenças e práticas culturais que muitas vezes são o patrimônio cultural em si, na sua essência e que não devem ser deixados de lado perante o governo.

Segundo ZANIRATO(2006), o que se pode concluir a partir das experiências levadas a efeito em Salvador e Recife é que as políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro apontam para um duplo desafio a ser enfrentado. Um primeiro que requer mudar a visão alicerçada na convicção de que os bens culturais se limitam ao material, à arquitetura, aos antigos objetos em desuso, e reconhecer que estes bens compreendem também as experiências vividas, condensadas em linguagens, conhecimentos, tradições materiais, modos de usar os bens e os espaços físicos. O segundo desafio corresponde à necessidade de adequar os interesses preservacionistas com as orientações constantes nas Cartas, Convenções e Recomendações emitidas pelas organizações internacionais, principalmente quanto à primazia do interesse público sobre a propriedade privada, questão crucial para a legitimação da proteção.

As práticas para preservação e conservação do patrimônio nas cidades do estado de Minas Gerais ainda estão muito apegadas à prática do tombamento de bens do patrimônio material, dando menos importância ao patrimônio imaterial. É clara a dificuldade que se tem em reconhecer e aplicar políticas públicas que protejam o patrimônio cultural, mas é de grande importância que eles sejam estudados e preservados da melhor forma possível, pois muitas vezes são as práticas culturais, religiosas e regionais que são o grande patrimônio da sua nação, essas práticas merecem mais atenção dos órgãos públicos brasileiros. Ainda é importante citar que o turismo que movimenta a economia dessas cidades influencia na vida dos moradores das mesmas, na maioria das vezes de forma positiva, pois essas, além de continuarem com práticas culturais, como o artesanato e as festas típicas, ainda disseminam a importância da preservação dos bens culturais aos turistas. BOTELHO(2006).

Conforme BOTELHO(2006), o que gostaria de destacar refere-se ao esvaziamento sofrido por algumas noções inicialmente legitimadas das políticas patrimoniais. Se, para o caso brasileiro, o IPHAN construiu uma argumentação baseada na necessidade de se preservar a memória da nação e de seu povo, este discurso parece não mais funcionar. Agora, torna-se necessário dar um sentido pragmático à preservação, donde se recorre a um apelo ao futuro e não mais ao passado. Em outras palavras, não é uma identidade construída com recurso ao passado que justifica a construção de um patrimônio cultural, mas uma identidade construída com recurso às necessidades comuns de sobrevivência em um mundo que é visto com uma qualidade de vida em rápida deterioração. O apelo à sustentabilidade, nesse caso, torna-se irresistível.

Segundo COELHO(1992), a educação patrimonial é mencionada por ser vista como uma solução para amenizar os danos que o patrimônio da humanidade sofre atualmente, além de educar sobre a importância de manter viva a história, arte e cultura da nação. A educação patrimonial poderia ser componente curricular obrigatório do ensino básico no Brasil, dentro de disciplinas como história ou geografia, para poder passar as novas gerações de forma crítica e reflexiva o quanto é importante saber manter, preservar e valorizar o patrimônio e cultura do seu povo, da sua nação, é importante que as pessoas aprendam a refletir e entender sobre o passado, para saber como lidar com o futuro, como entender a evolução e transformação da sociedade em que vive.

De acordo com KÜHL(2006), é relevante enfatizar que o estudo do monumento, conhecê-lo de forma aprofundada, leva ao entendimento, ao respeito e a uma boa restauração como colocara Boito. Mas é ainda mais imprescindível recordar que não se trata apenas de conhecer para bem conservar, mas também, e talvez sobretudo, como mostram os ensinamentos de Riegl e como professora Paul Clemen, "conservar para conhecer".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante enfatizar os riscos que ameaçam a preservação e conservação do patrimônio cultural, na maioria das vezes, tendo por motivo a intolerância e a ignorância da população em saber reconhecer a importância histórica e cultural de uma obra de arte, prática cultural, movimento artístico, entre outros.

Citar os trabalhos de recuperação dos centros históricos de Salvador e Recife, que eram mais motivados por questões políticas e econômicas do que por questões de preservação da memória e da história do povo. As cidades de Minas Gerais que são movimentadas e conhecidas por conta do turismo, o que acaba modificando a qualidade de vida da sua população.



A importância de colocar em prática um plano de ensino sobre patrimônio histórico nas escolas, pois esta seria uma maneira de educar, fazer refletir e muitas vezes mudar o pensamento e a situação das práticas, políticas e trabalhos de restauração atualmente.

Por fim, a importância de refletir sobre como o patrimônio cultural influencia na vida das pessoas que sabem entendê-lo, apreciá-lo e que, muitas vezes, fazem parte dele, como um todo, a importância de preservá-lo não pensando só no passado, mas como uma busca para entender o crescimento e a evolução da sociedade em que está inserido.

REFERENCIAS

DVORÁK, Max. **Catecismo da preservação de monumentos**. 3.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

COELHO, Olinio Gomes P. **Do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro, 1992.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação liberdade, 2001.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos**. São Paulo, 2006.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental**. São Paulo: Ver. Bras. Hist. Vol.26 no.51, 2006.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **Políticas públicas e gestão do patrimônio histórico**. 2001.

ZANIRATO, Silvia Helena. **Patrimônio para todos: promoção e difusão do uso público do patrimônio cultural na cidade histórica**. Maringá: UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, 2006.

BOTELHO, Tarcísio R. **Patrimônio cultural e gestão das cidades: uma análise da lei do ICMS cultural de Minas Gerais**. Goiânia: Habitus, 2006.